

AS DIMENSÕES DO GÊNERO DO DISCURSO E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

THE DISCOURSE GENRE DIMENSIONS AND THE CONSTRUCTION OF MEANINGS ABOUT SUPERVISED INTERNSHIP

Rosana Aparecida de Mello Garcia 1

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar os sentidos do discurso sobre o estágio nas dimensões essenciais (conteúdo temático, construção composicional e estilo) do gênero do discurso Termo de Compromisso de Estágio (TCE). Com abordagem dialógica, a investigação apoia-se nas concepções do Círculo de Bakhtin sobre linguagem, enunciado, gênero do discurso, dialogismo e ideologia. O estudo foi realizado em Termos de Compromisso de Estágio do IFSC - Campus Florianópolis e se baseia nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Dialógica do Discurso. A análise permite verificar com que enunciados o TCE dialoga na construção dos discursos sobre o estágio e como esses discursos se manifestam no conteúdo temático, na construção composicional e no estilo desse gênero.

Palavras-chave: Estágio; Termo de compromisso de estágio; Gênero do discurso; Círculo de Bakhtin.

Abstract: This paper aims to analyze the meanings of discourse on the internship in the essential dimensions (thematic content, compositional construction and style) of the discourse genre Internship Agreement (TCE). With a dialogical approach, the research relies on Bakhtin Circle's conceptions of language, utterance, discourse genre, dialogue and ideology. The study was carried out in Internship Agreement of the IFSC - Campus Florianópolis and is based on the theoretical and methodological assumptions of Dialogical Discourse Analysis. The analysis allows verifying with what utterances the TCE dialogues in the discourses construction on internship and how these discourses are manifested in the thematic content, compositional construction and style of this genre.

Keywords: Internship; Internship Agreement; Discourse genres; Bakhtin Circle.

Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística – UFSC. E-mail: rosanagarcia@ifsc.edu.br

A expressão “Círculo de Bakhtin” é utilizada quando queremos nos referir a noções comuns a todos os integrantes do Círculo, entre os quais se destacam Mikhail Mikhailovich Bakhtin, Valentin Nikolaevich Volóchinov e Pavel Nikoláievitch Medviédev.

Introdução

Na esfera escolar, dentro ou fora da sala de aula, estamos cercados por gêneros do discurso, tais como o Plano Pedagógico do Curso, o requerimento, o relatório, a ficha de cadastro, o livro didático, etc. Esses gêneros podem estar relacionados a atividades de ensino e aprendizagem ou a questões administrativas, sendo que, em qualquer dessas situações, são constituídos discursivamente, por meio de interações que definem e direcionam práticas sociais nessa esfera.

Neste estudo, analisamos o gênero Termo de Compromisso de Estágio (TCE), que tem por função atender à formalização do estágio, uma atividade curricular que transcende para além dos muros escolares e que tem como objetivo “a aproximação do estagiário com o seu futuro campo de atuação” (SILVA; OLIVEIRA, 2016, p.15).

O estudo do TCE como gênero do discurso se ampara na perspectiva teórico-metodológica dos estudos do discurso do Círculo de Bakhtin¹, para quem nós “falamos apenas através de determinados gêneros do discurso” (2011 [1979], p.282). Todo gênero está ligado a uma situação social de interação, no interior de uma determinada esfera social, com sua finalidade discursiva e sua concepção de autor e de destinatário, e apresenta três dimensões essenciais: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional, que estão indissolúvelmente ligados no todo do enunciado.

O *conteúdo temático* do gênero refere-se a “um domínio de sentido de que se ocupa o gênero: seu objeto discursivo, sua orientação de sentido específica para com ele”(RODRIGUES; CERUTTI-RIZZATTI, 2011, p.111). Cada gênero também tem seu *estilo*, que é a “seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua” (BAKHTIN, 2011[1979], p. 261), bem como a *construção composicional*, que diz respeito à “organização, disposição, combinação, acabamento da totalidade discursiva”(RODRIGUES; CERUTTI-RIZZATTI, 2011, p.112).

Ao estudarmos o TCE, entendemos que ele materializa uma situação de interação numa dada esfera sociodiscursiva, apresenta caráter sócio-histórico e está estreitamente ligado à realidade imediata que o engendrou, o que, aliado a uma relativa estabilidade, o caracteriza como gênero do discurso.

Neste estudo, analisamos o Termo de Compromisso de Estágio do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) - *Campus* Florianópolis. Por se tratar de um documento, o gênero discursivo TCE é bastante uniforme e quase não abre possibilidades para a individualização de enunciados, porém, em sua constituição, o tema do estágio adquire sentidos que irão influenciar a esfera sociodiscursiva onde ele se insere. Cabe, portanto, questionar como o TCE se organiza como gênero do discurso em suas dimensões essenciais, que são o seu conteúdo temático, o estilo e a construção composicional e como os são construídos os discursos sobre o estágio curricular nessas dimensões.

O objetivo deste artigo é analisar os sentidos do discurso sobre o estágio nas dimensões essenciais (conteúdo temático, construção composicional e estilo) do gênero do discurso Termo de Compromisso de Estágio. Nesse percurso pretendemos: examinar as condições de produção dos termos de compromisso de estágio; identificar a concepção de autor e destinatário dos enunciados; caracterizar as dimensões essenciais do gênero, que são o seu conteúdo temático, o estilo e a construção composicional e verificar com que enunciados o termo de compromisso de estágio dialoga.

Com a análise das dimensões essenciais do TCE, um gênero que surgiu e se estabilizou na esfera escolar para atender à necessidade de formalização dos estágios, pretende-se conhecer melhor esse gênero, sua função sócio-discursiva e sua importância para a formação dos discursos sobre o estágio.

Os itens que compõem este artigo estão dispostos da seguinte forma: em primeiro lugar, a partir das concepções de autores do Círculo de Bakhtin, abordamos os conceitos de linguagem, enunciado, gênero do discurso, dialogismo e ideologia. A seguir, fazemos uma revisão sobre a constituição do termo de compromisso de estágio e, posteriormente, analisamos o TCE em suas dimensões essenciais.

¹ A expressão “Círculo de Bakhtin” é utilizada quando queremos nos referir a noções comuns a todos os integrantes do Círculo, entre os quais se destacam Mikhail Mikhailovich Bakhtin, Valentin Nikolaevich Volóchinov e Pavel Nikoláievitch Medviédev.

O gênero do discurso e as relações dialógicas

Para investigarmos a constituição do TCE, torna-se necessário revisarmos os conceitos do Círculo de Bakhtin sobre linguagem, enunciado, gênero do discurso, dialogismo e ideologia. Para o Círculo, a realidade fundamental da língua “é o acontecimento social da interação discursiva que ocorre por meio de um ou de vários enunciados” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 219). Assim, ao analisarmos o TCE, torna-se necessário compreendermos como são constituídos os seus enunciados, com que outros enunciados eles dialogam e como esse dialogismo se manifesta nas suas dimensões essenciais: o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo.

A linguagem, na concepção do Círculo de Bakhtin, é entendida como discurso e não pode ser dissociada das relações entre os falantes e das esferas sociais em que atuam, ou seja, não pode ser abstraída do curso das relações sociais entre os sujeitos e só pode existir na forma de enunciações concretas dos sujeitos do discurso. Na produção dos enunciados, Bakhtin (2011 [1979], p.292-305) esclarece que, ao escolhermos as palavras costumamos tirá-las de outros enunciados, que podem ser já-ditos (que foram emitidos anteriormente), ou pré-figurados (aqueles que presumimos que existirão). Desta forma, o enunciado está voltado não só para o seu objeto, mas também para os discursos do outro sobre ele. Cada enunciado é um elo da cadeia complexa de outros enunciados, sendo este o princípio da noção de *dialogismo*.

O dialogismo é, portanto, um conceito fundamental do pensamento de Bakhtin, o “princípio unificador da obra” (FIORIN, 2006, p.18), que funda sua concepção de linguagem e se refere às relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados. A abordagem dialógica proposta por Bakhtin objetiva “compreender a constituição e o funcionamento dos gêneros a partir de sua relação com a situação social de interação dentro de uma esfera social de atividade” (ACOSTA-PEREIRA; RODRIGUES, 2009, p. 11).

Para nos comunicarmos, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, isto é, “todos os nossos enunciados dispõem de uma *forma padrão* e relativamente estável *de estruturação de um todo*. Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos)” (BAKHTIN, 1997, p.302, grifos do autor). *São os gêneros*, em sua diversidade, que organizam o discurso e, para Bakhtin, é fundamental saber identificar o gênero com o qual se trabalha e suas relações com as esferas sociais:

um trabalho de pesquisa acerca de um material linguístico concreto [...] lida inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais), que se relacionam com as diferentes esferas da atividade e da comunicação: crônicas, contratos, textos legislativos, documentos oficiais e outros, escritos literários, científicos e ideológicos, cartas oficiais ou pessoais, réplicas do diálogo cotidiano em toda a sua diversidade formal, etc. É deles que os pesquisadores extraem os fatos linguísticos de que necessitam. Uma concepção clara da natureza do enunciado em geral e dos vários tipos de enunciados em particular (primários e secundários), ou seja, dos diversos gêneros do discurso, é indispensável para qualquer estudo, seja qual for a sua orientação específica (BAKHTIN, 1997 [1979], p.283).

Bakhtin (2011) salienta que há diferença essencial entre os gêneros discursivos *primários* (simples) e os *secundários* (complexos), que não se trata de uma diferença funcional. Os *gêneros primários* são aqueles ligados às esferas sociais da vida cotidiana, como a esfera familiar, a dos encontros públicos, etc, enquanto os *gêneros secundários* constituem e medeiam as situações de interação das esferas sociais formalizadas e sistematizadas. Desta forma, “os gêneros discursivos secundários surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente mais desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito)” (BAKHTIN, 2011[1979], p. 263).

Bakhtin (2011 [1979]) considera que os gêneros do discurso nos são dados quase como nos é dada a língua materna, que dominamos antes de estudar gramática. Assim, se “os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível” (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 283).

Outra característica importante no estudo dos gêneros do discurso é que estes possuem uma concepção própria de *autor* e de *destinatário* (interlocutor), que é “determinada pelas posições sociais, pelas esferas sociais. Palestra, tese, editorial, [...] apresentam diferentes imagens sociais de autores ou destinatários” (RODRIGUES, 2000, p.212). A noção de autoria leva em conta que “todo texto tem um sujeito, um autor (o falante ou quem escreve)” (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 308), porém, mais que isso, a autoria do gênero, segundo essa concepção, não se refere à pessoa física (empírica), “mas a uma posição de autoria inscrita no próprio gênero, refere-se a uma ‘postura de autor’, com sua responsabilidade discursiva” (RODRIGUES, 2005, p.171).

O autor se constitui, portanto, em um contexto histórico-social, e, como enunciador, tem um projeto de dizer, que se realiza em relação a um interlocutor, um destinatário, a quem seu enunciado se dirige. As concepções do destinatário são determinadas pela esfera da atividade humana à qual o enunciado se refere. A composição e o estilo do enunciado dependem do destinatário do enunciado, de como o autor percebe e representa para si o seu destinatário, qual é a força e a influência dele no enunciado. Assim, o projeto de dizer do autor se realiza por meio de um gênero que é “determinado pela esfera de atuação humana em que está inserido o enunciador, pelos temas comuns a essa esfera e pelas particularidades de seus participantes da interação” (RODRIGUES; RIBEIRO, 2009, p. 8).

Para os autores do Círculo de Bakhtin há uma relação próxima entre linguagem e ideologia. Ao realizar-se “no processo da relação social, todo signo ideológico, e, portanto também o signo linguístico, vê-se marcado pelo *horizonte social* de uma época e de um grupo social determinado” (BAKHTIN, 2006 [1929], p.43). Por sua relação com o universo social e, por consequência, com as ideologias, os gêneros trazem neles modos de ver, perceber e julgar o mundo, uma vez que eles respondem às condições específicas de uma esfera dada e de uma dada ideologia e, de um modo mais amplo, sobre determinados grupos sociais e sociedades (RODRIGUES; CERUTTI-RIZZATTI, 2011, p.118).

Do ponto de vista do Círculo de Bakhtin, o significado de ideologia vai além da perspectiva da falsa consciência, porque não recebemos palavras neutras da língua, mas signos que vêm de pessoas reais e revelam uma valoração, ou avaliação, do que é dito, que é indissociável do discurso, da sua constitutividade histórica, ideológica e cultural (ACOSTA PEREIRA; RODRIGUES, 2014, p. 192; SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 1083).

Para Bakhtin (2002 [1975]), existem dois tipos de forças presentes em qualquer enunciação: as forças centrípetas – centralizadoras e unificadoras – e as forças centrífugas – descentralizadoras e desagregadoras, assim, cada enunciação que participa “de uma ‘língua única’ (das forças centrípetas e das tendências) pertence também, ao mesmo tempo, ao plurilinguismo social e histórico (às forças centrífugas e estratificadoras)” (BAKHTIN, 2002 [1975], p. 82).

Com os conceitos de forças centrípetas e centrífugas, Bakhtin “aponta para a existência de jogos de poder entre as vozes que circulam socialmente” (FARACO, 2003, p. 67). Portanto, por meio das relações dialógicas, que são relações de sentido, os discursos incorporam visões particulares do mundo e contribuem para a produção e a reprodução das relações de poder. Assim, estudar o dialogismo presente no TCE e a forma como o documento é constituído revela-se pertinente para a compreensão de como a instituição de ensino se posiciona frente às forças centrípetas das normas centralizadoras e dos interesses do meio empresarial e às forças centrífugas, que conferem ao estágio seu teor educativo e inclusivo.

Outra noção essencial na obra de Bakhtin é o conceito de *cronotopo*, o qual foi tomado de empréstimo à matemática e à teoria da relatividade de Einstein para exprimir a indissolubilidade da relação entre o espaço e o tempo. Bakhtin se refere ao cronotopo como:

a capacidade de *ver o tempo, de ler o tempo* no todo espacial do mundo e, por outro lado, de perceber o preenchimento do espaço não como um fundo imóvel e um dado acabado de uma vez por todas, mas como um todo em formação, como acontecimento; é a capacidade de ler os *indícios do curso do tempo* em tudo, começando pela natureza e terminando pelas regras e idéias humanas (até conceitos abstratos) (BAKHTIN, 2011 [1979], p.225).

Para Bakhtin (2011), o cronotopo está intrinsecamente ligado aos gêneros e é possível afirmar que é precisamente essa relação espaço-temporal que define o gênero. É o cronotopo, portanto, que permite interpretar relações de sentido entre enunciados de um gênero do discurso.

As dimensões essenciais do gênero do discurso

Nesta revisão, destacamos o estudo do gênero do discurso em suas dimensões essenciais, o *conteúdo temático*, o *estilo* e a *construção composicional*, que estão ligadas no todo do enunciado e são determinadas pela especificidade de uma determinada esfera da comunicação. Para Bakhtin (2011[1979]), em cada esfera da atividade humana existem e são utilizados gêneros que correspondem às condições específicas dessa esfera, assim, “uma dada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros” (BAKHTIN, 2011 [1979], p.266), isto é, um determinado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico.

O *conteúdo temático* refere-se à finalidade discursiva, ao objeto de discurso, à criação e orientação de sentido do discurso, considerando que “cada esfera social tem sua orientação específica para a realidade, seus objetos de discurso, sua função sócio-ideológica específica (RODRIGUES, 2001, p.43). Em algumas esferas de atividade, como as esferas oficiais ou produtivas, há uma possibilidade maior de esgotamento do sentido do objeto do enunciado, “nas quais os gêneros do discurso são de natureza sumamente padronizada e o elemento criativo está ausente quase por completo” (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 281).

A *intenção discursiva*, conforme definida por Bakhtin (2011 [1979], p. 281), determina a escolha do objeto, os limites do enunciado e o esgotamento semântico-objetual. O conteúdo temático, além de conter a intenção discursiva do enunciador também é um “projeto de dizer que, alicerçado pela forma composicional característica de um gênero discursivo, estabelece vínculos dialógicos com outros textos” (MACIEL, 2015, p.259).

Rojo e Barbosa (2015) observam que o tema deve ser compreendido em suas relações ideológicas: “o tema é o sentido de um dado texto tomado como um todo, ‘único e irrepetível’, justamente porque se encontra viabilizado pela refração da apreciação de valor do locutor no momento de sua produção. É pelo tema que a ideologia circula” (ROJO; BARBOSA, 2015, p. 88).

Para Medviédev (2012), o conteúdo temático se constitui a partir da avaliação social e da relação com o todo concreto do enunciado.

O tema transcende sempre a língua. Mais do que isso, o tema não está direcionado para a palavra, tomada de forma isolada, nem para frase e nem para o período, mas para o todo do enunciado como apresentação discursiva [...] considerado como determinado ato sócio-histórico. Por conseguinte, o tema é inseparável tanto da situação do enunciado quanto dos elementos linguísticos [...] Fica evidente que as formas do todo, isto é, as formas do gênero, determinam substancialmente o tema (MEDVIÉDEV, 2012, p. 196-197).

O tema não pode, portanto, ser interpretado apenas como o assunto ou tópico principal de um enunciado, ele deve ser compreendido no conjunto das relações dialógicas e ideológicas presentes em cada esfera da atividade humana.

De acordo com Sobral e Giacomelli (2016, p. 1088), a *forma composicional* é a maneira como desenvolvemos textualmente nosso tema, a maneira de criar os enunciados. Na composição dos gêneros “deve-se levar em conta a forma de organização, a distribuição das informações e os elementos não-verbais: a cor, o padrão gráfico ou a diagramação típica, as ilustrações” (KOCH; ELIAS, 2012, p. 109-110). Também se refere ao tipo de estruturação do enunciado, ao modo de organizar o texto na produção do enunciado, “é a noção acerca da forma do enunciado total, isto é, de um gênero do discurso específico, que coloca o discurso em determinadas formas composicionais e estilísticas” (RODRIGUES; CERUTTI-RIZZATTI, 2011, p.112).

A construção composicional é entendida por alguns pesquisadores pela noção de “sequências textuais (ou *tipos textuais* em outras teorias), propostas por Jean-Michel Adam, tais como sequência

narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, dialogal” (RODRIGUES; CERUTTI-RIZZATTI, 2011, p.112), porém, a definição de Bakhtin inclui no conceito de composição os elementos da situação de interação, que são os seus participantes: “[...] determinados tipos de construção do conjunto, de tipos do seu acabamento, de tipos da relação do falante com outros participantes da comunicação discursiva – com os ouvintes, os leitores, os parceiros, o discurso do outro, etc” (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 266). Portanto, à composição do gênero estão ligadas as noções de autoria e interlocutor.

Cada gênero tem seu *estilo*, que se caracteriza “pela seleção dos recursos léxicos, fraseológicos e gramaticais da língua [...] e nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos” (BAKHTIN, 2011[1979], p. 268). Bakhtin postula que o “estilo está indissoluvelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 265), e complementa que:

o estilo é indissociável de determinadas unidades temáticas e – o que é de especial importância - de determinadas unidades composicionais: de determinados tipos de construção do conjunto, de tipos do seu acabamento, de tipos da relação do falante com outros participantes da comunicação discursiva – com os ouvintes, os leitores, os parceiros, o discurso do outro, etc (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 266).

Todo enunciado, oral ou escrito, é individual e pode manifestar a individualidade do falante, mas nem todos os gêneros refletem essa individualidade da mesma maneira. Gêneros da esfera literária são mais favoráveis à individualidade de estilo, enquanto os gêneros menos produtivos para incorporar um estilo individual são aqueles que requerem formas mais padronizadas, como em “muitas modalidades de documentos oficiais, de ordens militares, nos sinais verbalizados da produção, etc” (BAKHTIN, 2011 [1979], p.265), nos quais podem se refletir apenas os aspectos superficiais da individualidade.

De acordo com Bakhtin, para determinar o estilo de um enunciado, a estilística tradicional leva em conta unicamente os seguintes fatores: o sistema da língua, o objeto do sentido e a pessoa do locutor com seu juízo de valor a respeito desse objeto, sendo que a escolha dos recursos linguísticos efetua-se a partir de considerações acerca do objeto do sentido e da expressividade. Porém, para Bakhtin, o estilo vai além do aspecto temático e o aspecto expressivo, ou seja, para definir o enunciado, seu estilo e sua composição é preciso ir além da noção de que “temos, de um lado, o locutor com sua visão do mundo, seu juízo de valor e suas emoções, e, do outro, o objeto do seu discurso e o sistema da língua (os recursos linguísticos)” (BAKHTIN, 1997 [1979], p. 316-317). Isto porque, o estilo também precisa ser compreendido discursivamente e está relacionado com outros enunciados, ou seja, “o estilo depende do modo que o locutor percebe e compreende seu destinatário, e do modo que ele presume uma compreensão responsiva ativa” (BAKHTIN, 1997 [1979], p. 317-324). Assim, o autor observa que para compreender o estilo é preciso interpretá-lo no interior das relações dialógicas que ligam o enunciado a outras vozes da cadeia discursiva.

O enunciado não pode, portanto, ser compreendido descolado das relações sociais que o suscitaram. Entender a língua como discurso significa não ser possível desvinculá-la de seus falantes e de seus atos, nem mesmo das esferas de atividades das quais participam, bem como dos valores ideológicos que norteiam as relações dialógicas. Os TCEs são estudados como gêneros do discurso, pois “são enunciados reais, materializados em condições sociais e discursivas definidas” (MACIEL, 2015, p.250) e a análise de suas dimensões essenciais também destaca a importância de conhecer e avaliar criticamente os documentos produzidos na esfera escolar.

O gênero Termo de Compromisso de Estágio

O texto do Termo de Compromisso de Estágio (TCE) materializa as cláusulas que deverão reger a relação de estágio, estabelecendo as regras a serem cumpridas pelos contratantes, às quais se somam aquelas contidas na lei do estágio e em demais documentos jurídicos relacionados, nas diretrizes institucionais e outras normas ou acordos que representem o interesse das partes envolvidas. Outros documentos de estágio servem para alterar, prorrogar, avaliar ou rescindir o

estágio e complementam o TCE e suas disposições.

Neste estudo, o TCE é analisado como gênero do discurso secundário, um documento escrito que se constituiu na esfera escolar, ou seja, “nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito)” (BAKHITIN, 2011 [1979], p. 263). A predominância da modalidade escrita nos gêneros secundários “denota um caráter também documental desses gêneros” (RODRIGUES; RIBEIRO, 2009, p. 09).

Estudar o TCE como um gênero do discurso implica em procurar compreendê-lo como um produto sócio-histórico e cultural em que atuam vários agentes (instituição de ensino, concedente, professores, legisladores, agentes públicos, etc.), com relações sociais entre si na produção de enunciados concretos, com determinados objetivos.

O TCE é um documento oficial, uma espécie de acordo que é preenchido conforme o entendimento das partes interessadas, as quais definem as condições específicas para cada experiência de estágio por meio de descrições, correções, combinações, avaliações e prazos.

No Brasil, os estágios são regidos pela Lei 11.788 de 25/09/2008, também conhecida como Lei de Estágios, que define o estágio como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação definidas pela lei. Visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho e poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso (BRASIL, 2008).

A lei de estágios determinou novas regras concernentes às relações de estágio, incluindo limitações à jornada de trabalho e duração do estágio na mesma concedente, estabelecendo o direito a recesso remunerado, bolsa, auxílio transporte, bem como a concessão de seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário.

A própria Lei 11.788/08 prevê como requisito formal do estágio, a elaboração de um Termo de Compromisso de Estágio e de um plano de atividades. O TCE pode ser gerado pela instituição de ensino, pela concedente de estágio ou por agentes de integração, os quais devem se orientar pela legislação, pelas normas institucionais e outras regras ou acordos que representem o interesse das partes envolvidas.

Logo após a publicação da lei de estágios o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançou uma cartilha esclarecedora, com algumas recomendações acerca de informações que devem constar nas cláusulas que norteiam o TCE, direcionada às instituições de ensino, concedentes e agentes de integração.

Nas instituições federais os estágios são também regidos por orientações normativas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Atualmente está em vigor a ON nº 2, de 24 de junho de 2016, que prescreve orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da administração pública federal e instrui sobre o conteúdo do TCE.

No texto do plano de atividades, a definição das atribuições e atividades também não é aleatória, ela está amparada em legislação própria sobre o exercício profissional, como o decreto 90.922 de 06/02/1985 (BRASIL, 1985), que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau, bem como no Plano Pedagógico do Curso (PPC) e outras normas legais. No plano de atividades são definidas as atribuições do estagiário, reforçando o princípio de identidade entre o desenvolvimento do estágio e o conteúdo pedagógico do curso. O plano de atividades deve ser elaborado com o acordo das partes envolvidas e será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos, à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante. Além disso, a Instituição de Ensino tem como uma de suas obrigações designar um professor orientador para acompanhar as atividades de estágio.

Ao estudar o TCE como gênero discursivo, importam os discursos com os quais ele dialoga nas esferas de atividade onde os sujeitos atuam, como a escola e o trabalho, mas também é preciso atenção aos discursos de outras esferas que exercem enorme poder sobre estas, como as esferas econômica, política e jurídica.

Neste estudo, analisamos o Termo de Compromisso de Estágio do IFSC – Campus

Florianópolis, modelo disponibilizado publicamente no portal² da IE na *internet*. Segue, abaixo, a reprodução textual do modelo em análise, o qual é composto por oito cláusulas, dispostas em duas páginas, e por um Plano de Atividades. No Plano de Atividades são reproduzidas atividades atribuídas a um estagiário do curso técnico de Eletrônica do IFSC.

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO – TCE

As partes a seguir nomeadas firmam o presente Termo de Compromisso para a realização de *estágio curricular* na forma da *Lei nº 11.788 de 25/09/2008*.

1. INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC - Campus Florianópolis CNPJ: ...Endereço: ...

Representada por: ...– Diretora Geral do Campus Florianópolis
Coordenador de Estágios: ...

Fone: (48) ... e-mail: estagio.fpolis@ifsc.edu.br

[...]

Art. 1º - O *estágio curricular*, obrigatório ou não, é *ato educativo escolar supervisionado*, desenvolvido no ambiente de trabalho e visa ao *aprendizado de competências próprias da atividade profissional* e à *contextualização curricular*, objetivando o *desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho*.

Art. 2º - O(A) ESTAGIÁRIO(A) desenvolverá *atividades* dentro de sua área de formação, respeitados a etapa, modalidade de formação do aluno e o horário do calendário escolar.

Art. 3º - Compete à CONCEDENTE:

§ 1 - Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando *atividades de aprendizagem social, profissional e cultural*.

§ 2 - Indicar Supervisor, com *formação na área*, para orientar e avaliar *as atividades* do (a) ESTAGIÁRIO(A). § 3 - Contratar em favor do(a) ESTAGIÁRIO(A) seguro contra acidentes pessoais, compatível com valores de mercado. Apólice nº xxx Seguradora xx

§ 4 - Conceder ao ESTAGIÁRIO(A) bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como auxílio transporte, sendo compulsórios na hipótese de *estágio* não obrigatório.

§ 5 - Conceder ao ESTAGIÁRIO(A), sempre que o *estágio* tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

I - O recesso deverá ser remunerado, quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

II - Os dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o *estágio* ter duração inferior a 1 (um) ano.

§ 6 - Enviar ao IFSC, *relatórios de atividades*, com vista obrigatória do aluno.

§ 7 - Entregar o Termo de Realização de *Estágio - TRE*, por ocasião do desligamento do(a) estagiário(a), descrevendo o *resumo das atividades desenvolvidas, o período do estágio e a avaliação de desempenho* do aluno.

§ 8 - Aplicar ao ESTAGIÁRIO(A) a *legislação* relacionada à saúde

e segurança no trabalho.

Art. 4º - Compete ao ESTAGIÁRIO(A):

§ 1 – Acatar as normas da CONCEDENTE e do IFSC.

§ 2 – Atuar com empenho, interesse e ética no desenvolvimento das *atividades previstas*.

§ 3 – Submeter-se a *avaliações de desempenho*.

§ 4 – Entregar ao seu Orientador de Estágio do IFSC *os relatórios de atividades semestrais e o relatório final*, de acordo com as normas pré-estabelecidas pela escola.

Art. 5º - Compete ao IFSC:

§ 1 – Avaliar as instalações da parte concedente *do estágio* e sua *adequação à formação cultural e profissional do educando*.

§ 2 – Indicar professor Orientador *de Estágio*, como responsável pelo acompanhamento e *avaliação das atividades do aluno*.

Art. 6º - *O estágio* será desenvolvido de acordo com as seguintes condições:

[...]

§ 1º - O período de estágio poderá ser prorrogado, por meio da emissão de Termo Aditivo, mediante prévio entendimento entre as partes.

§ 2º - Tanto a CONCEDENTE, o IFSC, como o (a) ESTAGIÁRIO (A) poderão, a qualquer momento, dar por encerrado *o estágio*, mediante Termo de Rescisão *de Estágio*.

Art. 7º - A não observância do estabelecido neste Termo de Compromisso *de Estágio* – TCE implicará configuração de vínculo empregatício e responsabilizará diretamente a concedente de todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 8 - Fica firmado o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma.

[...]

PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

Auxiliar no desenvolvimento e prototipagem de circuitos eletrônicos analógicos e digitais.

Auxiliar no desenvolvimento de algoritmos para microcomputadores.

Fabricar PCI, soldar componentes, montar protótipos.

Teste e validação de protótipos.

Gerar documento (artigo) descrevendo o trabalho realizado.

[...]

Fonte: Termo de Compromisso de Estágio do IFSC - Campus Florianópolis – Coordenadoria de Estágios (COEST). Disponível em: florianopolis.ifsc.edu.br.

O tratamento interpretativo da pesquisa fundamenta-se nos pressupostos teóricos da Análise Dialógica do Discurso. Nesse tipo de análise não há categorias preestabelecidas, a partir das quais o pesquisador organiza e analisa seus dados, o objetivo é buscar a apreensão de certas regularidades, que são observadas/apreendidas nas etapas da pesquisa, sendo que “estas regularidades serão devidas não às formas fixas da língua, mas às regularidades e similaridades das relações sociais numa esfera de comunicação específica” (ROJO, 2005, p. 199).

De acordo com Acosta-Pereira e Rodrigues (2009), as considerações metodológicas de análise da linguagem postuladas por Bakhtin são:

- a) estudar as formas da língua e as situações de interação verbal a partir das condições sociais em que se realizam essas formas e essas situações;
- b) investigar as formas dos diferentes enunciados em ligação com a situação de interação de que constituem seus elementos,
- c) examinar, a partir daí, as formas da língua na sua interpretação habitual (ACOSTA-PEREIRA; RODRIGUES, 2009, p.151).

Na interpretação são reunidos todos os dados – “a materialidade da língua e os elementos do ato de enunciação em suas relações num dado contexto, envolvendo um tempo, um espaço e interlocutores – e, a partir disso, procura-se identificar os sentidos criados” (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p.1093), tendo em conta que os sentidos são construídos nas relações dialógicas.

Após tratarmos dessas características gerais do gênero TCE, passamos a analisar as dimensões essenciais do TCE, na qual são abordados separadamente o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo, para que cada um desses elementos possa ser caracterizado na construção do gênero, sem desconsiderarmos que esses elementos estão “indissolúvelmente ligados no todo do enunciado” (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 262).

Análise do Termo de Compromisso de Estágio (TCE) Conteúdo temático do TCE

O tema do TCE refere-se à realização do estágio dos estudantes e diz respeito à concepção de estágio dada pela Lei 11.788 de 25/09/2008, também conhecida como Lei de Estágios, que apresenta a noção de estágio como ato educativo. O ato educativo pode ser entendido como:

a prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais. Não há sociedade sem práticas educativas. [...] ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas. O campo do educativo é bastante vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades: na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola. De modo que não podemos reduzir a educação ao ensino (LIBÂNEO, 2001, p.156).

Bakhtin considera que cada tema possui seu próprio cronotopo, e o tema estágio, neste Termo de Compromisso, está situado no espaço-tempo da criação e vigência da Lei 11.788/2008, ainda em vigor. Essa lei surgiu a partir de uma necessidade de reparar distorções provocadas por lacunas em normas anteriores, que levaram o estágio a ser usado como “mão-de-obra barata”, como observado pelo Tribunal Superior do Trabalho: “o estagiário ao longo dos anos tem deixado de se constituir em elemento no processo de qualificação profissional, migrando para se transformar em mera solução para o rebaixamento dos custos das folhas de pagamento das empresas” (BRASIL, 2003, p.11).

No contexto da publicação da nova lei ocorria também a expansão das Universidades Federais e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, além disso, havia uma política de ampliação do financiamento estudantil para as instituições privadas. Essas iniciativas, em conjunto, promoveram o acesso de alguns milhões de estudantes ao ensino técnico e superior. O censo do ensino superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP registrou que a oferta de vagas no ensino superior passou de 4,16 milhões de vagas em 2004 (INEP, 2006, p. 299) para 8,08 milhões de vagas em 2014 (INEP, 2016, p. 17). Nos Institutos Federais, passou de 50 mil para mais de um milhão de alunos (IFRN, 2016). Essa ampliação de vagas promoveu um incremento no número de estagiários, que necessitariam de regras mais claras e uma fiscalização mais rigorosa na realização dos estágios.

O Termo de Compromisso de Estágio ainda vigente no Campus Florianópolis foi elaborado na instituição de ensino, nesse período, constituído por oito artigos, nos quais são definidas as atribuições que competem à concedente, à instituição de ensino e ao estagiário na experiência de estágio.

O conteúdo temático é introduzido no título: Termo de Compromisso de Estágio. A expressão *termo de compromisso* indica a forma esperada para o gênero: um documento que serve para estabelecer um acordo entre partes interessadas, porém a designação Termo de Compromisso de Estágio indica um documento particular, pertencente a uma determinada esfera social, com objeto de discurso e interlocutores previstos. Pelo título, esse gênero do discurso é identificado como um gênero escolar, no qual estão envolvidos pelo menos três atores: uma instituição de ensino, uma concedente de estágio e um estagiário. Outro participante possível pode ser um Agente de Integração, que também tem sua função como interveniente prevista em lei, quando for o caso.

Após o título, logo no início do texto, a lei de estágios é citada: *na forma da Lei nº 11.788 de 25/09/2008*. A menção à Lei orienta a construção do objeto de discurso e também exerce a função de um argumento de autoridade, usado no sentido de legitimar os discursos sobre estágio e como uma estratégia de colocar em cena, desde o início, as vozes de outros participantes da enunciação.

A partir daí, o conteúdo temático é intensivamente trabalhado no texto, e o objeto do discurso *estágio* é referenciado de diversas formas, sendo reelaborado à medida que o texto é construído. O Art 1º do TCE apresenta a definição de estágio, que é uma citação do texto da Lei: *O estágio curricular, obrigatório ou não, é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho e visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.*

Ao citar a Lei, o TCE destaca uma nova visão sobre o estágio, que o concebe como ato educativo. Esta concepção dialoga com normas anteriores, indicando que é prevista uma relação com o estágio diferente daquela que levou à contratação de estagiários como “mão-de-obra barata” no passado. O estágio como ato educativo escolar supervisionado necessariamente deverá ter o acompanhamento efetivo do professor orientador da IE, como também do supervisor da parte concedente do estágio. A citação no primeiro parágrafo do TCE também remete ao texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), que propõem que os currículos tenham em vista as competências e habilidades a serem desenvolvidas em cada nível educativo, conforme o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI da UNESCO - a Declaração sobre Educação para todos, que defende as competências como conceito pedagógico central da prática educativa nas instituições de ensino médio e profissionalizante. Há também um diálogo com a LDB vigente, a qual manifesta em seu Art 2º, *que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Em seguida, quando assinalado o que compete à concedente, em seu primeiro artigo, o TCE novamente cita a Lei de Estágios, ao definir que a concedente deve: *ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural.* Ocorre que essa é a definição de estágio dada pelo Decreto nº **87.497, de 18 de agosto de 1982**, que regulamentou a Lei de estágios anterior (6.494/1977), que definia os estágios, em seu Art 2º, da seguinte maneira:

Considera-se estágio curricular, para os efeitos deste Decreto, as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino (BRASIL, 1982).

Cabe observar que o texto do TCE não prevê que a concedente ofereça instalações para um “ato educativo”, conforme define a nova lei, mas retoma um conceito que a própria norma propõe superar. Assim, tanto a Lei de estágios atual, como o TCE do IFSC não apresentam um discurso

de mudança no que tange à oferta de instalações para realização do estágio, ainda que nos sete parágrafos seguintes sejam lembradas obrigações da concedente, conforme previsto na lei atual.

No que compete ao estagiário, o TCE destaca que lhe cabe:

- §1 – Acatar as normas da CONCEDENTE e do IFSC.
- §2 – Atuar com empenho, interesse e ética no desenvolvimento das atividades previstas.
- §3 – Submeter-se a avaliações de desempenho.
- §4 – Entregar ao seu Orientador de Estágio do IFSC os relatórios de atividades semestrais e o relatório final, de acordo com as normas pré-estabelecidas pela escola (IFSC, 2008).

Nesses parágrafos, o TCE não procura esclarecer os direitos do estagiário, nem desenvolver o tema do ponto de vista do ato educativo. Assim, ao estagiário são determinadas apenas obrigações, às quais ele deve atender passivamente. Para Bakhtin, (2002 [1979]), os gêneros secundários da comunicação verbal, na maioria dos casos, contam com esse tipo de compreensão responsiva de ação retardada, o que vale também para o discurso lido ou escrito:

a compreensão responsiva nada mais é senão a fase inicial e preparatória para uma resposta (seja qual for a forma de sua realização). O locutor postula esta compreensão responsiva ativa: o que ele espera, não é uma compreensão passiva que, por assim dizer, apenas duplicaria seu pensamento no espírito do outro, o que espera é uma resposta, uma concordância, uma adesão, uma objeção, uma execução, etc (BAKHTIN, 2002 [1979], p.292).

Como o TCE apresenta um estilo prescritivista, é esperada a adesão do estagiário às determinações. Ao optar por essa abordagem, o enunciado do TCE expõe como se estabelecem as relações no plano ideológico nesse documento, ao prever a adesão passiva do estagiário. Com essa abordagem, o texto permite que se vislumbre como se manifestam as disputas de poder envolvidas no discurso sobre o estágio, e a determinação dos papéis de cada interlocutor.

No que compete à Instituição de Ensino, o TCE do IFSC apresenta apenas dois parágrafos. O primeiro deles é uma citação do Art 7º, inciso II da Lei de Estágios, que retoma a definição de estágio que prevalecia anteriormente, no Decreto 87.497/82, porém, incompleta: *avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando*. Ao retomar o conceito de estágio neste artigo foi suprimida ideia de *formação social* no texto citado. A referência ao conceito anterior, num momento em que são promovidas mudanças de padrões, necessariamente haveria que provocar uma reflexão sobre essa abordagem, pois como se tratam de conceitos muito abrangentes, estes permitem uma interpretação também ampla sobre essas atividades, as quais podem dar margem à contratação de estagiários de forma irregular, como ocorreu no passado

No segundo parágrafo, consta do TCE: *Indicar professor Orientador de Estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do aluno*. Neste caso, o TCE elaborado pela Instituição de Ensino modifica o texto da lei e, ao invés de se referir às atividades do estagiário, faz referência ao *aluno*. A IE dialoga com a sua concepção de *aluno* e não com a concepção de estagiário, o que restringe o papel do aluno e do ato educativo do estágio.

Em seguida são apresentadas as condições para a realização do estágio e outros artigos que apontam diferenças do estágio curricular para um vínculo de emprego, como a prorrogação e a rescisão a qualquer tempo. O TCE é assinado por todas as partes, o que dá a ele o teor de legalidade e de legitimidade.

No Plano de Atividades, que finaliza o TCE, as atividades são elaboradas de forma a descrever o que o estagiário fará na empresa. Essas atividades devem ter correspondência com o currículo do curso e com a atividade econômica da concedente. Os enunciados do plano de atividades podem estabelecer relações dialógicas com a legislação trabalhista, com o PPC do curso, com as normas

das entidades de classe, bem como com as normas de saúde e segurança do trabalho. Tanto o supervisor como o professor orientador, ao avaliarem o plano de atividades, também usarão seus conhecimentos desses parâmetros como referência para sua análise.

O conteúdo temático é tratado no TCE conforme sua função discursiva e corresponde à sua esfera social. Sendo outro o gênero, a abordagem seria diferente, com outro acabamento, outras relações dialógicas, autores e destinatários.

Construção composicional

A segunda dimensão compreende a *construção composicional* do gênero, que é a organização, a disposição do texto, o acabamento, ou seja, sua configuração geral.

A composição do TCE atual é determinada pela Lei de Estágios, que em seu Art.3º, inciso II postula: *celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino*. Considerando que “o enunciador não cria o gênero, mas se volta ao passado em busca de alicerces para arquitetar seu enunciado” (MACIEL, 2015, p. 259), percebemos que o TCE do IFSC foi composto com base em contratos e termos de compromisso de outras áreas, em documentos anteriores da própria IE, em prescrições legais, estruturando-se na forma de um acordo entre as partes interessadas. Trata-se de um texto prescritivista, com configuração e organização rígidas, conforme previsto para esse gênero, organizado por meio de cláusulas que definem as disposições ou condições para cada uma das partes. Essas cláusulas são escritas na forma de artigos e parágrafos numerados, de modo a simplificar a leitura do texto.

Sua composição também combina várias formas textuais, destacando alguns quadros com informações individualizadas, como a identificação das partes, as datas de início e término do estágio, horários, valor de bolsa e outras, que se referem exclusivamente àquela experiência, para aquele sujeito. Assim, apesar de ser concebido como um modelo, em determinados trechos assume algumas características individualizadas para cada estagiário.

A finalização do TCE se dá com o Plano de Atividades, no qual a composição é mais simplificada, constando de identificação, a descrição de atividades e assinaturas das partes responsáveis. No Plano de Atividades são definidas as atribuições do estagiário, com atenção ao princípio de identidade entre o desenvolvimento do estágio e o conteúdo pedagógico do curso, as quais serão avaliadas por um professor orientador e um supervisor com formação na área do curso. Nos TCEs dos cursos técnicos e dos cursos de graduação do IFSC as atividades de estágio são estipuladas para cada estagiário, pois o campo de estágio é disperso, ou seja, o estágio pode ocorrer em concedentes dos diferentes ramos de atividades, que são: indústria, comércio e prestação de serviços, em várias áreas de atuação.

O Estilo

O TCE é um documento oficial, um gênero institucionalizado, formal, bastante uniforme, assim, trata-se de um gênero do discurso que não é propício ao reflexo da individualidade nos enunciados, pois requer uma forma padronizada, atendendo ao seu tema e construção composicional.

Por se tratar de um documento da administração pública, o estilo do TCE também deve seguir o que é previsto na redação oficial, que estabelece que seu emprego deva caracterizar-se “pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade” (BRASIL, 2002, p. 13). Sua autoria é institucional, representa, portanto, a instituição pública na qual teve origem, de forma que “a voz que fala e assume a conclusibilidade e a posição axiológica é a voz de uma empresa ou entidade, havendo deliberadamente o apagamento a qualquer referência que aponte para o redator individual produtor dos textos” (ALVES FILHO, 2006, p. 81). Na redação oficial a posição de autoria é assumida pelo Serviço Público, assim definida:

as comunicações oficiais são necessariamente uniformes, pois há sempre um único comunicador (o Serviço Público) e o receptor dessas comunicações ou é o próprio Serviço Público (no caso de expedientes dirigidos por um órgão a outro) – ou o conjunto dos cidadãos ou instituições tratados de forma homogênea (o público) (BRASIL, 2002, p. 4).

No TCE encontramos alguns elementos do texto jurídico, como os períodos longos conectados por vírgulas, mas o documento apresenta como principal característica a construção de um texto injuntivo, marcadamente formal, com tópicos em artigos e parágrafos, com o uso de verbos no imperativo, infinitivo e futuro do presente do modo indicativo, tendo por finalidade instruir acerca das atribuições das partes interessadas.

Entre as opções lexicais do TCE, encontramos expressões dadas pela Lei de Estágios, porém identificamos que as atividades do estagiário são referenciadas de forma diferente para cada uma das partes integrantes do estágio – a concedente, a instituição de ensino e o estagiário. Quando contextualizadas pela concedente, as atividades são referenciadas como: *atividades do(a) ESTAGIÁRIO(A)*; pela instituição de ensino, como *atividades do aluno* e pelo estagiário como *atividades previstas*, evidenciando as escolhas lexicais são também ideológicas e que o estilo do enunciado está ligado à concepção de destinatário.

Para Bakhtin, “as concepções do destinatário se determinam pela área da atividade humana e da vida cotidiana a que se reporta um dado enunciado. A quem se dirige o enunciado? Como o locutor (ou o escritor) percebe e imagina seu destinatário? Qual é a força da influência deste sobre o enunciado?” (BAKHTIN, 2011 [1979], p.280). As escolhas lexicais revelam, portanto, relações de poder (entre instituição de ensino e concedente) e relações assimétricas entre instituição de ensino e aluno, assim como entre a concedente e o estagiário.

No Plano de Atividades, que finaliza o TCE, as atividades são elaboradas para cada estagiário, geralmente na forma de listas, formadas por períodos simples, iniciados por nominalizações. Segundo Fairclough (2001, p.223), a nominalização “*é a conversão de processos em nomes, que tem o efeito de pôr o processo em si em segundo plano - o tempo e a modalidade não são indicados - além de usualmente não especificar os participantes, de forma que agente e paciente são deixados implícitos*”. Para o autor, a nominalização transforma processos e atividades em estados e objetos, e ações concretas em abstratas, assim, alguns tipos de linguagem favorecem a nominalização, tais como a linguagem médica, científica ou técnica.

Em outra publicação, Fairclough (2003) acrescenta que as nominalizações permitem, por exemplo, uma redução no número de orações usadas para dar informações, contribuindo para o desaparecimento de opiniões explícitas e subjetivas. Ele destaca o fato de que seu uso envolve, em determinadas situações, a “perda de certos elementos semânticos das orações (...) e a exclusão de participantes nas orações” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 42-43).

O uso de nominalizações apresenta vantagens que não podem ser ignoradas na construção de enunciados, porém, elas também contribuem para o uso de uma linguagem objetiva e impessoal. Nos planos de atividades de estágio, essa característica, aliada ao uso da linguagem técnica que compete a esse meio, pode representar uma dificuldade para os leigos que precisam interagir com e por meio desses documentos.

Assim, o estilo do TCE, ainda que objetivo e padronizado, manifesta os discursos sobre estágio em suas relações dialógicas, nas concepções de destinatários e nas escolhas lexicais dos enunciados, tanto nas cláusulas do TCE, como no Plano de atividades.

Considerações finais

Os estudos sobre os gêneros do discurso permitem que as investigações sobre documentos escolares adquiram novas dimensões, ao conceber a linguagem como discurso e os gêneros como construções sociais interativas e historicamente situadas. Sob esse ponto de vista, o estudo dos documentos escolares promove uma nova percepção sobre os discursos que envolvem as práticas escolares.

O TCE surgiu como uma determinação legal, estipulado pela Lei 11788/2008 e assume o estágio como ato educativo, porém o texto se volta para questões legais, prescritivas, enquanto as condições para que o ato educativo se desenvolva ficam por conta apenas da interpretação dessas questões legais

O tema do TCE é abordado num texto prescritivo que não se limita à finalidade discursiva de instruir sobre o estágio, mas, também, em definir sua configuração, evidenciando relações dialógicas, a presença dos discursos dos textos legais e as relações de poder com a concedente e o estagiário. Os enunciados do TCE servem ao propósito do documento de aproximar-se das normas,

ativando sentidos pelo estabelecimento de regras a serem cumpridas entre os interlocutores. Cada uma das partes integrantes do estágio - instituição de ensino, concedente e estagiário - é destacada no texto, onde se manifestam as disputas de poder envolvidas no discurso sobre o estágio. Ao determinar o que compete ao estagiário, o TCE revela a natureza coercitiva das prescrições, dando ênfase ao que se espera do estagiário, de suas obrigações, sem mencionar seus direitos ou as questões de caráter educativo desejáveis nessa experiência.

A construção composicional é determinada pela Lei de Estágios, e tem o propósito de desenvolver textualmente o tema, ou seja, a celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino.

O TCE, apesar de se tratar de um gênero institucionalizado, formal, bastante uniforme, tem o seu estilo determinado pelo conteúdo temático e pela concepção de destinatário, de modo que ao se dirigir ao estagiário, à concedente ou ao professor orientador e supervisor, as escolhas lexicais e fraseológicas são diferentes.

Ao estudarmos as dimensões do gênero do discurso TCE acompanhamos como o TCE da IE é constituído, considerando *conteúdo temático*, *construção composicional* e *estilo*. A análise das dimensões do gênero evidencia a sua importância nos estudos dos discursos sobre o estágio.

Referências

ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **Alfa**. São Paulo, 50 (1): 77-89, 2006.

ACOSTA-PEREIRA, Rodrigo; RODRIGUES, Rosângela Hammes. Perspectivas atuais de teorias dos gêneros do discurso no campo da Linguística. **Letra Magna**, Ano 05, n.11 - 2º Semestre de 2009- ISSN 1807-5193. Disponível em: < <http://www.letramagna.com/generoslinguistica.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. O conceito de valoração nos estudos do círculo de Bakhtin: a inter-relação entre ideologia e linguagem. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 14, n. 1, p. 177-194, jan./abr. 2014.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. Trad. a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. [1975]. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al. 5.ed. São Paulo: Ed. UNESP; Hucitec, 2002.

_____. [1929]. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. [1979]. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. [1929]. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2015.

BRASIL. Decreto n. 90.922, de 06 de fevereiro de 1985. Regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 07 fev.1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/Antigos/D90922.htm.

_____. Decreto 87.497 de 18 de agosto de 1982. Regulamenta a Lei n. 6.494, de 07.12.1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de ago. de 1982. p. 15412.

_____. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Seção 1, p. 3-4.

_____. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República** / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002. 140 p.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Bases Legais. Brasília: MEC/SEF, 2000.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 35 de 05 de novembro de 2003. Normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional [Internet]. **Diário Oficial da União**. 2004 jan. 20. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb35_03.pdf

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

_____. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FARACO, Carlos A. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições, 2003.

IFRN- Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Ministério da Educação. Institutos Federais são destaque na principal avaliação da educação básica do mundo. **Portal**. 13.12.2016. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/institutos-federais-sao-destaque-na-principal-avaliacao-da-educacao-basica-do-mundo>>. Acessado em novembro de 2017.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Censo da educação superior: sinopse estatística 2004**. Brasília: INEP, 2006. 490 p. Disponível em: < http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/489202>. Acessado em novembro de 2017.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Resumo técnico: censo da educação superior 2014**. Brasília: INEP, 2016. 55 p. Disponível em: <http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/636024>. Acessado em novembro de 2017.

FIORIN, José L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LIBÂNEO, José. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar em revista**, Curitiba: Editora da UFPR. n. 17, p. 153-176. 2001.

MACIEL, Lucas V. de Carvalho. Os elementos constitutivos do enunciado em suas relações dialógicas: um exemplo de análise. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 15, n. 2, p. 249-266, maio/ago. 2015.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O método formal dos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. Trad. Sheilla Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. O artigo jornalístico e o ensino da produção escrita. In: ROJO, Roxane H. R. (Org.) **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs**. São Paulo: Educ; Campinas: Mercado de Letras, 2000.

_____. **A constituição e funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – LAEL – PUCSP). São Paulo: PUCSP, 2001.

_____. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: uma abordagem de Bakhtin. (p.152 - 183) In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-Roth, Désirée (orgs.). **Gêneros: teorias, métodos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

RODRIGUES, Rosângela. H.; CERUTTI-RIZZATTI, Mary E. **Linguística aplicada: ensino de língua materna**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

RODRIGUES, Rosângela.H.; RIBEIRO, Vinícius. V. Análise dialógica do gênero jornalístico ombudsman. **Work. pap. linguíst.**, n.esp.: 01-49, Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/issue/view/1282>.

ROJO, Roxane H. R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 184-207.

ROJO, Roxane H. R.; BARBOSA, Jacqueline P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SILVA, Rodrigo B.; OLIVEIRA, Antonia S. O estágio supervisionado nos cursos de formação de professores: decisão quanto ao futuro profissional. **Humanidades & Inovação**, [S.l.], v. 3, n. 1, jun. 2016. ISSN 2358-8322. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/139>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

SILVEIRA, A.P.K.da.; ROHLING, N.; RODRIGUES, R.H. **A análise dialógica dos gêneros do discurso e os estudos de letramento:glossário para leitores iniciantes**. Florianópolis: DIOESC, 2012.

SOBRAL, Adail.; GIACOMELLI, Karina. Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso – ADD.**Domínios de Lingu@gem**. vol. 10 n.3. jul./set. p. 1076-1094. Uberlândia: UFU, 2016.

VOLÓCHINOV, V. N. [1929]. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

Recebido em 3 de março de 2018.
Aceito em 11 de dezembro de 2018.